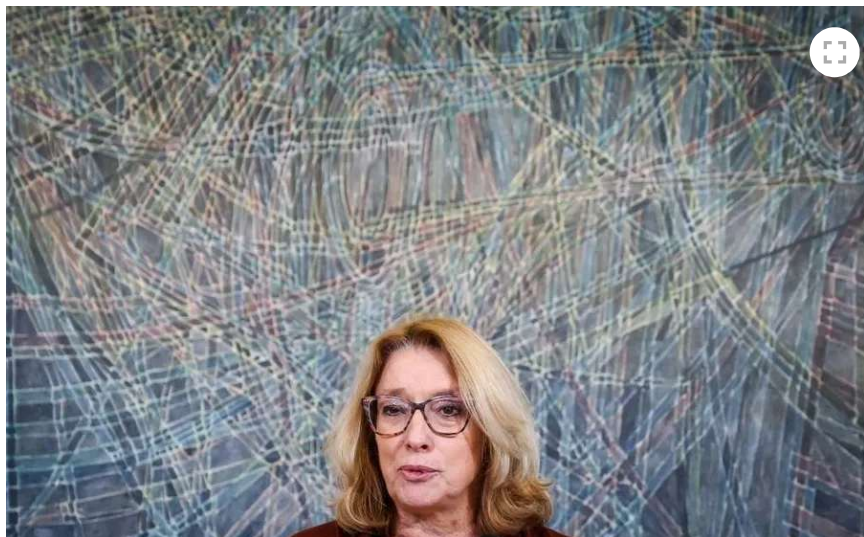


Um ano depois, Governo não adianta conclusões sobre pensões antecipadas e reforma da Segurança Social

Governo não conta divulgar relatório intercalar de progresso que o grupo de trabalho para a reforma da Segurança Social ia apresentar no final de janeiro sobre pensões antecipadas, reforma a tempo parcial e regimes de capitalização. Grupo de trabalho foi criado há um ano com o objetivo de concluir uma avaliação mais vasta em doze meses.



A ideia de rever o acesso às pensões antecipadas e a TSU foi lançada pela ministra ainda antes das eleições.

Rodrigo Antunes / Lusa_EPA

Catarina Almeida Pereira

SEGUIR

08:00

Criado há um ano, o grupo de trabalho coordenado pelo economista Jorge Bravo foi constituído através de um despacho que previa a apresentação no prazo de doze meses, até ao final de janeiro deste ano, um relatório final com propostas, um plano de execução e metas calendarizadas para uma eventual reforma da Segurança Social. Os objetivos incluíam a revisão atuarial da taxa social única, a análise integrada da sustentabilidade do sistema previdencial e da Caixa Geral de Aposentações, ou o desenvolvimento dos regimes complementares de reforma.

Um ano depois, com eleições legislativas pelo meio e um controverso processo de alterações à legislação laboral, não há informações **nem sobre o relatório final nem sobre o relatório intercalar de progresso que o despacho previa para os primeiros seis meses**, que devia abordar especificamente a **reavaliação do regime de reforma antecipada**, com políticas que incentivem a permanência na vida ativa, o **estudo de mecanismos de reforma parcial**, prometidos por sucessivos governos há anos, ou o **desenvolvimento dos regimes complementares** de iniciativa coletiva e individual e do regime público de capitalização.

O prazo inicial para apresentação do relatório intermédio terminava em julho, tendo o Governo sinalizado o adiamento para o final do ano e, mais recentemente, para o final de janeiro. No início do mês, a secretária de Estado da Segurança Social, Filipa Lima, disse no Parlamento que o Executivo tinha “agendada” para o final deste mês de janeiro uma reunião com o coordenador do grupo de trabalho, Jorge Bravo, “para apresentação do relatório intercalar”.

Contudo, “**não está previsto que o relatório intercalar seja divulgado**”, responde fonte oficial do Ministério do Trabalho ao Negócios, sem explicar se o documento foi entregue ao Governo.

“ Não está previsto que o relatório intercalar seja divulgado.

Fonte oficial, Ministério do Trabalho

Quando se aproximou o final do primeiro prazo para apresentação do relatório intercalar, em julho, o Governo também sinalizou que não divulgaria o relatório. Em outubro, em entrevista ao Negócios, a ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, justificou o adiamento com as eleições legislativas do ano passado. “Adiámos o prazo para a apresentação” do relatório intermédio, “tendo em conta que o Governo entrou em gestão”. Os membros do grupo de trabalho “**continuaram a trabalhar, mas não fazia sentido estar a programar para a altura que se previa**”. “Irão apresentar o relatório intermédio ao Governo julho que para o fim do ano e continuarão o trabalho durante o próximo ano”, disse em outubro a ministra, acrescentando que os prazos para a conclusão do processo seriam posteriormente acertados.

Nas perguntas enviadas no final da semana passada, o Negócios também quis saber quais são os novos prazos para a apresentação do relatório final, mas o Ministério do Trabalho não respondeu a esta questão.

A ideia de “reavaliar as reformas antecipadas”, no sentido de “promover que as pessoas estejam mais tempo no mercado de trabalho”, foi lançada pela própria ministra, no início de 2025, meses depois de a comissão criada pelo anterior governo ter recomendado umas revisões das regras que atualmente preveem o acesso à pensão antecipada a quem tem mais de 60 anos de idade e mais de 40 de carreira, ou mais cedo no caso dos desempregados de longa duração. A intenção terá, entretanto, esmorecido, tendo em conta que o Governo se tem esforçado por garantir que tal não avançará nesta legislatura.

1
ano

A intenção original era a conclusão do relatório final no prazo de um ano, ou seja, até ao final de janeiro. Governo sinalizou adiamento, mas não explicou novo prazo.

Discussão sobre Segurança Social está prevista no acordo

A discussão sobre a “sustentabilidade da Segurança Social” está prevista no acordo tripartido sobre valorização salarial e crescimento económico que foi assinado entre outubro de 2024 entre o Governo, as confederações patronais e a UGT.

No documento, os parceiros sociais e o Executivo assumiram o compromisso de dinamizar a concertação social e de agendar logo para o mês de novembro de 2024 uma reunião de concertação social “para continuação do debate e negociações sobre todos os temas abordados no processo negocial que conduziu” a esse acordo, em seis temas: a “legislação laboral”, que tem absorvido as atenções nos últimos seis meses, surgiu identificada nessa lista de forma igualmente sintética.

Os dois temas foram na altura considerados prioritários pelas confederações patronais. Depois da contestação gerada pelas propostas de alterações ao Código do Trabalho, agora dependentes de alianças incertas, não são marcadas reuniões da comissão permanente de concertação social desde setembro.